AUDIÊNCIAS PÚBLICAS

COMISSÃO DE DIREITOS HUMANOS E LEGISLAÇÃO PARTICIPATIVA – CDH
Assunto / Finalidade: Debater sobre: "Direito do Trabalho" com foco na Reforma Administrativa.
Data / Local: 11 de fevereiro (terça-feira), Anexo II, Ala Senador Nilo Coelho, Plenário nº 2 – 09:00 horas.
Requerimento(s) de realização de audiência:
– REQ 43/2019 – CDH, Senador Paulo Paim

Participantes:
· Rudinei Marques, Presidente do Fórum Nacional Permanente de Carreiras Típicas de Estado – FONACATE;
· Bráulio Santiago Cerqueira, Secretário Executivo do Sindicato Nacional dos Auditores e Técnicos Federais de Finanças e Controle – UNACON;
· José Celso Cardoso Jr., Presidente da Afipea-Sindical / BSB e organizador do estudo da Reforma Administrativa do Governo Federal;
· Juracy Soares, Presidente da Federação Brasileira de Associações de Fiscais de Tributos Estaduais – FEBRAFITE;
· José Maria Castro, Representante da Federação de Sindicatos de Trabalhadores Técnico Administrativos em Instituições de Ensino Superior – FASUBRA;
· Alison Aparecido de Souza, Vice-Presidente para o TCU do Sindicato dos Servidores do Poder Legislativo – SINDILEGIS;
· Pedro Pontual, Presidente da Associação Nacional dos Especialistas em Políticas Públicas e Gestão Governamental – ANESP;
· João Marcelo São Tiago Melo, Presidente do Sindicato Nacional dos Servidores do Ministério das Relações Exteriores – SINDITAMARATY;
· Décio Bruno Lopes, Presidente da Associação Nacional dos Auditores Fiscais da Receita Federal do Brasil – ANFIP;
· Sérgio Castro, Diretor Parlamentar do Sindicato Nacional dos Analistas-Tributários da Receita Federal do Brasil – Sindireceita.

RESULTADO: Audiência Pública realizada.

COMISSÃO DE CONSTITUIÇÃO, JUSTIÇA E CIDADANIA – CCJ
Assunto / Finalidade: Instruir a PEC nº 187/2019 que "institui reserva de lei complementar para criar fundos públicos e extingue aqueles que não forem ratificados até o final do segundo exercício financeiro subsequente à promulgação desta Emenda Constitucional, e dá outras providências."
Data / Local: 11 de fevereiro (terça-feira), Anexo II, Ala Senador Alexandre Costa, Plenário nº 3 – 09:00 horas.
Requerimento(s) de realização de audiência:
– REQ 153/2019 – CCJ, Senador Humberto Costa
– REQ 154/2019 – CCJ, Senador Humberto Costa

Reunião destinada a instruir a(s) seguinte(s) matéria(s):

– PEC 187/2019, Senador Fernando Bezerra Coelho e outros
Convidados:
· Sr. PAULO CESAR LIMA, Consultor Aposentado da Câmara dos Deputados;
· Sr. LEONARDO EDDE, Presidente do Sindicato Interestadual da Indústria Audiovisual;
· Sr. ILDEU DE CASTRO MOREIRA, Presidente da Sociedade Brasileira para o Progresso da Ciência;
· Sra. ISABEL FIGEIREDO, Representante do Fórum Brasileiro de Segurança Pública;
· Sr. FELIPE SALTO, Diretor-Executivo da Instituição Fiscal Independente;
· Sr. JOSÉ LUIS DA COSTA OREIRO, Professor do Departamento de Economia da Universidade de Brasília;
· Sr. GERALDO JULIÃO JÚNIOR, Secretário Adjunto de Assuntos Fiscais da Secretaria do Orçamento Federal da Secretaria Especial de Fazenda do Ministério da Economia;
· Sra. GIANNA SAGAZIO, Diretora de Inovação da Confederação Nacional da Indústria.

RESULTADO: Audiência Pública realizada.

COMISSÃO DE CONSTITUIÇÃO, JUSTIÇA E CIDADANIA – CCJ
Assunto / Finalidade: Instruir a PEC nº 187/2019 que "institui reserva de lei complementar para criar fundos públicos e extingue aqueles que não forem ratificados até o final do segundo exercício financeiro subsequente à promulgação desta Emenda Constitucional, e dá outras providências."
Data / Local: 11 de fevereiro (terça-feira), Anexo II, Ala Senador Alexandre Costa, Plenário nº 3 – 14:00 horas.

Reunião destinada a instruir a(s) seguinte(s) matéria(s):

– PEC 187/2019, Senador Fernando Bezerra Coelho e outros
Participantes:
· Sr. KLEBER CABRAL, Presidente do Sindicato Nacional dos Auditores Fiscais da Receita Federal
· do Brasil (Sindifisco Nacional);
· Sr. MOYSÉS LONGUINHO TONIOLO • Representante do Conselho Nacional de Saúde;
· Sr. SILAS BRASILEIRO, Presidente do Conselho Nacional do Café;
· Sr. GERALDO JULIÃO JÚNIOR • Representante do Ministério da Economia;
· Sr. MARCELO GOMES MEIRELLES • Representante do Ministério da Ciência e Tecnologia;
· CLÁUDIO LINS DE VASCONCELOS • Representante do Fórum Brasileiro pelos Direitos Culturais.

RESULTADO: Audiência Pública realizada.

COMISSÃO DE DESENVOLVIMENTO REGIONAL E TURISMO – CDR
Assunto / Finalidade: Debater o desenvolvimento e a expansão regional dos serviços de telecomunicações, especificamente o acesso à internet, rede fixa e rede móvel, e apresentar os programas do Ministério de Ciência, Tecnologia, Inovação e Comunicações – MCTIC e do Ministério do Desenvolvimento Regional – MDR, o plano geral de metas da Agência Nacional de Telecomunicações – ANATEL e o sistema de financiamento dos fundos constitucionais regionais para expansão dos serviços de telecomunicações.

Data / Local: 12 de fevereiro (quarta-feira), Anexo II, Ala Senador Alexandre Costa, Plenário nº 13 – 09:00 horas.

Reunião destinada a instruir a(s) seguinte(s) matéria(s):

– REQ 56/2019 – CDR, Senador Izalci Lucas
Convidados:
· Representante do Ministério da Ciência, Tecnologia, Inovações e Comunicações – MCTIC;
· Representante da Agência Nacional de Telecomunicações – ANATEL;
· Representante da Superintendência do Desenvolvimento do Centro-Oeste – SUDECO;
· Representante da Associação Brasileira de Provedores de Internet e Telecomunicações-ABRINT;
· Representante da Sinditelebrasil.

RESULTADO: Audiência Pública realizada.

MEDIDAS PROVISÓRIAS

AUDIÊNCIA PÚBLICA INTERATIVA
Assunto / Finalidade: Debater a Medida Provisória nº 905, de 2019.
Data / Local: 11 de fevereiro (terça-feira), Anexo II, Ala Senador Nilo Coelho, Plenário nº 6 – 10:00 horas.
MEDIDA PROVISÓRIA N° 905, DE 2019 **–** 4ª Reunião da Comissão Mista destinada a examinar e emitir parecer sobre a Medida Provisória nº 905, adotada em 12 de Novembro de 2019, que "Institui o Contrato de Trabalho Verde e Amarelo, altera a Legislação Trabalhista, e dá outras providências.".

Presidente: Senador Sérgio Petecão
Relator: Deputado Christino Aureo
Vice-Presidente: Deputado Lucas Vergilio

Reunião destinada a instruir a(s) seguinte(s) matéria(s):

– MPV 905/2019, Presidência da República

Participantes:

· ÂNGELO FABIANO FARIAS DA COSTA, Presidente da Associação Nacional dos Procuradores do Trabalho (ANPT);
· ADOLFO SACHSIDA, Secretário de Política Econômica do Ministério da Economia;
· ARMANDO VERGÍLIO DOS SANTOS JÚNIOR, Presidente da Federação Nacional dos Corretores de Seguros Privados e de Resseguros (FENACOR);
· JOÃO MANOEL PINHO DE MELLO, Diretor de Organização do Sistema Financeiro e de Resolução do Banco Central;
· IVES GANDRA MARTINS FILHO, Ministro do Tribunal Superior do Trabalho;
· JUÍZA NOEMIA APARECIDA GARCIA PORTO, Presidente da Associação Nacional dos Magistrados da Justiça do Trabalho (ANAMATRA);
· ÂNGELO FABIANO FARIAS DA COSTA, Presidente da Associação Nacional dos Procuradores do Trabalho (ANPT)
· SOLANGE PAIVA VIEIRA, Superintendente da SUSEP;
· HENRIQUE BRANDÃO, Presidente do Sindicato dos Corretores de Seguro do Estado do Rio de Janeiro (SINCOR-RJ);
· MAURÍCIO ANTÔNIO UNGARI DA COSTA, Vice-Presidente da Associação Brasileira de Supermercados (ABRAS); ARMANDO VERGÍLIO DOS SANTOS JÚNIOR, Presidente da Federação Nacional dos Corretores de Seguros Privados e de Resseguros (FENACOR);
· BRUNO SILVA DALCOLMO, Secretário do Trabalho do Ministério da Economia;
· JOSÉ MÁRCIO ANTÔNIO GUIMARÃES DE CAMARGO, Professor do Departamento de Economia da Pontifícia Universidade Católica do Rio de Janeiro (PUC-Rio);
· HELIO ZYLBERSTAJN, Professor da Faculdade de Economia, Administração e Contabilidade da Universidade de São Paulo (FEA/USP).

Último estado: MATÉRIA COM A RELATORIA

Prazos abertos: 12/11/2019 – 20/02/2020: Deliberação da Medida Provisória
Regime de Urgência: 06/02/2020 em diante
Orientação: ACOMPANHAR

RESULTADO: Audiência Pública realizada.

AUDIÊNCIA PÚBLICA INTERATIVA
Assunto / Finalidade: Debater a Medida Provisória nº 910, de 2019.
Data / Local: 11 de fevereiro (terça-feira), Anexo II, Ala Senador Nilo Coelho, Plenário nº 6 – 14:00 horas.
MEDIDA PROVISÓRIA N° 910, DE 2019 **–** 3ª Reunião da Comissão Mista destinada a examinar e emitir parecer sobre a Medida Provisória nº 910, adotada em 11 de dezembro de 2019, que "altera a lei nº 11.952, de 25 de junho de 2009, que dispõe sobre a Regularização Fundiária das ocupações incidentes em terras situadas em áreas da união, a lei nº 8.666, de 21 de junho de 1993, que institui normas para licitações e contratos da administração pública, e a lei nº 6.015, de 31 de dezembro de 1973, que dispõe sobre os registros públicos.".
Presidente: Deputado Lucio Mosquini
Relator: Senador Irajá
Vice-Presidente: Deputado Luis Miranda

Reunião destinada a instruir a(s) seguinte(s) matéria(s):

– MPV 910/2019, Presidência da República

Participantes:

· Geraldo Ferreira Melo Filho, Presidente do Instituto Brasileiro de Reforma Agrária (INCRA);
· Deborah Macedo Duprat, Procuradora Federal dos Direitos do Cidadão;
· Leonardo Mundim, Diretor de Regularização Social e Desenvolvimento Econômico da Terracap;
· Rodrigo de Oliveira Kaufmann, Assessor Jurídico da Confederação da Agricultura e Pecuária do Brasil (CNA);
· Atanásio Darcy Lucero Júnior, Defensor Nacional de Direitos Humanos da Defensoria Pública da União (DPU).

Último estado: MATÉRIA COM A RELATORIA

Prazos abertos: 11/12/2019 – 20/03/2020: Deliberação da Medida Provisória
Regime de Urgência: 06/03/2020 em diante
Orientação: ACOMPANHAR

RESULTADO: Audiência Pública realizada.

AUDIÊNCIA PÚBLICA INTERATIVA
Assunto / Finalidade: Debater a Medida Provisória nº 908, de 2019.

Data / Local: 11 de fevereiro (terça-feira), Anexo II, Ala Senador Alexandre Costa, Plenário nº 9 – 14:30 horas.
MEDIDA PROVISÓRIA N° 908, DE 2019 **–** 3ª Reunião da Comissão mista destinada a examinar e emitir parecer sobre a Medida Provisória nº 908, adotada em 29 de novembro de 2019, que "institui o auxílio emergencial pecuniário para os pescadores profissionais artesanais inscritos e ativos no registro geral da atividade pesqueira, domiciliados nos municípios afetados pelas manchas de óleo.".
Presidente: Deputado Raimundo Costa
Relator: Senador Rogério Carvalho

Reunião destinada a instruir a(s) seguinte(s) matéria(s):

– MPV 908/2019, Presidência da República

Participantes:

• Jorge Seif Junior, Secretário Nacional de Aquicultura e Pesca.
Último estado: MATÉRIA COM A RELATORIA
Prazos abertos: 29/11/2019 – 08/03/2020: Deliberação da Medida Provisória
Regime de Urgência: 23/02/2020 em diante
Orientação: ACOMPANHAR

RESULTADO: Audiência Pública realizada.

DELIBERATIVA
Assunto / Finalidade: Apreciação do Relatório.
Data / Local: 11 de fevereiro (terça-feira), Anexo II, Ala Senador Alexandre Costa, Plenário nº 19 – 14:30 horas.
MEDIDA PROVISÓRIA N° 898, DE 2019 **–** 2ª Reunião da Comissão Mista destinada a examinar e emitir parecer sobre a Medida Provisória nº 898, adotada em 16 de Outubro de 2019, que "Altera a Lei nº 10.836, de 9 de Janeiro de 2004, que cria o Programa Bolsa Família, para dispor sobre o Pagamento do Benefício Financeiro relativo ao mês de Dezembro de 2019 como Abono Natalino.".
Último estado: INCLUÍDA NA PAUTA DA REUNIÃO
Prazos abertos: 16/10/2019 – 24/03/2020: Deliberação da Medida Provisória
Regime de Urgência: 30/11/2019 em diante.

RESULTADO: Em 11/2/2020, é aberta a 2ª Reunião da Comissão Mista. Lido o relatório do senador Randolfe Rodrigues. Concedida vista coletiva da matéria. A Reunião é suspensa e a reabertura agendada para o dia 12 de fevereiro de 2020. Nesta data, a reunião é reaberta e novamente suspensa, ficando a reabertura agendada para o dia 18 de fevereiro de 2020.

DELIBERATIVA
Assunto / Finalidade: Apreciação de Relatório

Data / Local: 11 de fevereiro (terça-feira), Anexo II, Ala Senador Alexandre Costa, Plenário nº 13 – 14:30 horas.
MEDIDA PROVISÓRIA N° 903, DE 2019 **–** 2ª Reunião da Comissão Mista destinada a examinar e emitir parecer sobre a Medida Provisória nº 903, adotada em 7 de novembro de 2019, que "autoriza a prorrogação de contratos por tempo determinado do ministério da agricultura, pecuária e abastecimento."
Presidente: Senador Veneziano Vital do Rêgo
Relator: Deputado Domingos Sávio

Último estado: MATÉRIA COM A RELATORIA

Prazos abertos: 07/11/2019 – 15/04/2020: Deliberação da Medida Provisória
Regime de Urgência: 22/12/2019 em diante
Orientação: ACOMPANHAR

RESULTADO: Aprovado o Relatório do Deputado Domingos Sávio, que passa a constituir o Parecer da Comissão, o qual conclui pela presença dos requisitos constitucionais de relevância e urgência, bem como pela adequação e compatibilidade orçamentária e financeira; pela constitucionalidade, juridicidade e admissibilidade; e pelo atendimento dos pressupostos de relevância e urgência da Medida Provisória nº 903, de 2019; no mérito, pela aprovação da Medida Provisória nº 903, de 2019, e pela rejeição da emenda apresentada.

AUDIÊNCIA PÚBLICA INTERATIVA
Assunto / Finalidade: Debater a Medida Provisória nº 905, de 2019.
Data / Local: 12 de fevereiro (quarta-feira), Anexo II, Ala Senador Nilo Coelho, Plenário nº 6 – 10:00 horas.
MEDIDA PROVISÓRIA N° 905, DE 2019 **–** 5ª Reunião da Comissão Mista destinada a examinar e emitir parecer sobre a Medida Provisória nº 905, adotada em 12 de Novembro de 2019, que "Institui o Contrato de Trabalho Verde e Amarelo, altera a Legislação Trabalhista, e dá outras providências.".

Presidente: Senador Sérgio Petecão
Relator: Deputado Christino Aureo
Vice-Presidente: Deputado Lucas Vergilio

Reunião destinada a instruir a(s) seguinte(s) matéria(s):

– MPV 905/2019, Presidência da República

Participantes:

· JOÃO CARLOS GONÇALVES, Secretário-Geral da Força Sindical;
· ALEXANDRE FURLAN, Presidente do Conselho de Relações do Trabalho da CNI e Vice-Presidente da Organização Internacional dos Empregadores (OIE);
· GERSON CASTELLANO, Representante da CUT Nacional;
· FREDERICO TOLEDO MELO, Assessor Jurídico da Confederação da Agricultura e Pecuária do Brasil (CNA);
· RICARDO PATAH, Presidente da União Geral dos Trabalhadores (UGT);
· PATRICIA DUQUE, Chefe da Divisão Sindical da Confederação Nacional do Comércio de Bens, Serviços e Turismo (CNC);
· JAIRO MENDONÇA, Representante da CTB DF;
· PEDRO CAPANEMA, Consultor Jurídico da Federação das Indústrias do Estado do Rio de Janeiro (FIRJAN);
· CLÓVIS SCHERER, Técnico do Departamento Intersindical de Estatística e Estudos Socioeconômicos (DIEESE);
· ANTÔNIO NETO, Presidente da Central dos Sindicatos Brasileiros (CSB);
· CLÓVIS QUEIROZ, Coordenador Geral de Relações do Trabalho e Sindical da Confederação Nacional de Saúde (CNS);
· LUCIANA FREIRE, Diretora Executiva Jurídica da Federação das Indústrias do Estado de São Paulo (FIESP);
· ÉRIKA MORREALE DINIZ, Presidente do Conselho de Relações do Trabalho da FIEMG;
· EDSON CARNEIRO, Secretário Geral da Central da Classe Trabalhadora – lntersindical.

Último estado: MATÉRIA COM A RELATORIA

Prazos abertos: 12/11/2019 – 20/02/2020: Deliberação da Medida Provisória
Regime de Urgência: 06/02/2020 em diante
Orientação: ACOMPANHAR

RESULTADO: Audiência Pública realizada.

AUDIÊNCIA PÚBLICA INTERATIVA
Assunto / Finalidade: Debater a Medida Provisória nº 910, de 2019.
Data / Local: 12 de fevereiro (quarta-feira), Anexo II, Ala Senador Alexandre Costa, Plenário nº 3– 14:00 horas.
MEDIDA PROVISÓRIA N° 910, DE 2019 **–** 4ª Reunião da Comissão Mista destinada a examinar e emitir parecer sobre a Medida Provisória nº 910, adotada em 11 de dezembro de 2019, que "altera a lei nº 11.952, de 25 de junho de 2009, que dispõe sobre a Regularização Fundiária das ocupações incidentes em terras situadas em áreas da união, a lei nº 8.666, de 21 de junho de 1993, que institui normas para licitações e contratos da administração pública, e a lei nº 6.015, de 31 de dezembro de 1973, que dispõe sobre os registros públicos.".
Presidente: Deputado Lucio Mosquini
Relator: Senador Irajá
Vice-Presidente: Deputado Luis Miranda

Reunião destinada a instruir a(s) seguinte(s) matéria(s):

– MPV 910/2019, Presidência da República

Participantes:

· Alceu Moreira, Presidente da Frente Parlamentar da Agropecuária;
· Roberta del Giudice, Secretária Executiva do Observatório do Código Florestal;
· Nabhan Garcia, Secretário Especial de Assuntos Fundiários do Ministério da Agricultura, Pecuária e Abastecimento;
· Bruno Kono, Instituto de Terras do Pará;
· Brenda Brito, Pesquisadora Sênior do Instituto do Homem e Meio Ambiente da Amazônia (Imazon);
· Juliana da Paula Batista, Advogada do Instituto Socioambiental (ISA).

Último estado: MATÉRIA COM A RELATORIA

Prazos abertos: 11/12/2019 – 20/03/2020: Deliberação da Medida Provisória
Regime de Urgência: 06/03/2020 em diante
Orientação: ACOMPANHAR

RESULTADO: Audiência Pública realizada.

AUDIÊNCIA PÚBLICA INTERATIVA
Assunto / Finalidade: Apreciação do Plano de Trabalho

Data / Local: 12 de fevereiro (quarta-feira), Anexo II, Ala Senador Alexandre Costa, Plenário nº 9 – 14:30 horas.
MEDIDA PROVISÓRIA N° 902, DE 2019 **–** 3ª Reunião da Comissão Mista destinada a examinar e emitir parecer sobre a Medida Provisória nº 902 , adotada em 6 de novembro de 2019, que "altera a lei nº 5.895, de 19 de junho de 1973, que autoriza o poder executivo a transformar a autarquia Casa da Moeda em empresa pública, a lei nº 4.502, de 30 de novembro de 1964, que dispõe sobre o imposto de consumo e reorganiza a diretoria de rendas internas, a lei nº 11.488, de 15 de junho de 2007, que cria o regime especial de incentivos para o desenvolvimento da infraestrutura – REIDI, reduz para vinte e quatro meses o prazo mínimo para utilização dos créditos da contribuição para o PIS/PASEP e da Contribuição para o Financiamento da Seguridade Social – COFINS decorrentes da aquisição de edificações e amplia o prazo para pagamento de impostos e contribuições, e a lei nº 12.995, de 18 de junho de 2014, que prorroga o prazo para a destinação de recursos aos fundos fiscais de investimentos e altera a legislação tributária federal.".
Presidente: Deputada Benedita da Silva
Relator: Senador Nelsinho Trad

Reunião destinada a instruir a(s) seguinte(s) matéria(s):

– MPV 902/2019, Presidência da República

Participantes:

· Jonathan José Formiga de Oliveira, Subsecretário de Fiscalização da Receita Federal;
· Leonardo Gomes Vieira, Coordenador de Orçamento e Finanças do Departamento de Polícia Federal;
· Salim Mattar, Secretário Especial de Desestatização, Desinvestimento e Mercados;
· Carolina de Assis Barros, Diretora de Administração do Banco Central;
· Eduardo Zimmer Sampaio, Presidente da Casa da Moeda do Brasil.

Último estado: MATÉRIA COM A RELATORIA
Prazos abertos: 06/11/2019 – 14/02/2020: Deliberação da Medida Provisória
Regime de Urgência: 21/12/2019 em diante

RESULTADO: Audiência Pública realizada.

AUDIÊNCIA PÚBLICA INTERATIVA
Assunto / Finalidade: Debater a Medida Provisória nº 899, de 2019

Data / Local: 13 de fevereiro (quinta-feira), Anexo II, Ala Senador Alexandre Costa, Plenário nº 3 – 09:00 horas.
MEDIDA PROVISÓRIA N° 899, DE 2019 **–** 3ª Reunião da Comissão Mista destinada a examinar e emitir parecer sobre a Medida Provisória nº 899, adotada em 17 de outubro de 2019, que "dispõe sobre a transação nas hipóteses que especifica.".

Presidente: Senador Luiz Pastore
Relator: Deputado Marco Bertaiolli
Reunião destinada a instruir a(s) seguinte(s) matéria(s):

– MPV 899/2019, Presidência da República
Participantes:

· Adriana Gomes Rêgo, Presidente do Conselho Administrativo de Recursos Fiscais – CARF;
· Felipe Aguiar, Assessor Jurídico do Ministério da Economia;
· Cristiano Neuenschawander Lins de Morais, Procurador-Geral de Gestão da Dívida Ativa da União e FGTS;
· Fábio Munhoz, Procurador Federal;
· Sandro de Vargas Serpa, Subsecretário de Tributação e Contencioso da Receita Federal;
· Mauro Silva, Presidente da Associação Nacional dos Auditores Fiscais da Receita Federal do Brasil – UNAFISCO;
· Vanir Fridriczewski, Diretor do Departamento de Patrimônio e Probidade da Procuradoria Geral da União.

Último estado: MATÉRIA COM A RELATORIA
Prazos abertos: 17/10/2019 – 25/03/2020: Deliberação da Medida Provisória
Regime de Urgência: 01/12/2019 em diante

RESULTADO: Audiência Pública realizada.

AUDIÊNCIA PÚBLICA INTERATIVA
Assunto / Finalidade: Debater a Medida Provisória nº 905, de 2019.
Data / Local: 13 de fevereiro (quinta-feira), Anexo II, Ala Senador Nilo Coelho, Plenário nº 6 – 10:00 horas.
MEDIDA PROVISÓRIA N° 905, DE 2019 **–** 6ª Reunião da Comissão Mista destinada a examinar e emitir parecer sobre a Medida Provisória nº 905, adotada em 12 de Novembro de 2019, que "Institui o Contrato de Trabalho Verde e Amarelo, altera a Legislação Trabalhista, e dá outras providências.".

Presidente: Senador Sérgio Petecão
Relator: Deputado Christino Aureo
Vice-Presidente: Deputado Lucas Vergilio

Reunião destinada a instruir a(s) seguinte(s) matéria(s):

– MPV 905/2019, Presidência da República

Participantes:

· VINÍCIUS DE ASSUMPÇÃO SILVA, Vice-Presidente da Confederação Nacional dos Trabalhadores do Ramo Financeiro (CONTRAF);
· ADAUTO DE OLIVEIRA DUARTE, Diretor de Políticas e Relações Trabalhistas da FEBRABAN;
· GRAÇA MACHADO, Presidente em exercício da Associação Nacional dos Funcionários do Banco do Brasil (ANABB);
· MÁRCIO AMAZONAS CABRAL DE ANDRADE, Secretário de Relações Institucionais do Ministério Público do Trabalho;
· BRUNO BIANCO LEAL, Secretário Especial Adjunto de Previdência e Trabalho;
· SEME ARONE JÚNIOR, Diretor Presidente da Associação Brasileira de Estágios (ABRES);
· BRUNO SILVA DALCOLMO, Secretário de Trabalho do Ministério da Economia;
· ANTONIO PAULO DOS SANTOS, Diretor da Federação Nacional dos Jornalistas (FENAJ);
· FABER LIMA MESQUITA DE MEDEIROS, Gerente Jurídico do Grupo Guararapes Riachuelo;
· JULIMAR ROBERTO, Presidente da Confederação Nacional dos Trabalhadores no Comércio e Serviços (CONTRACS).

Último estado: MATÉRIA COM A RELATORIA

Prazos abertos: 12/11/2019 – 20/02/2020: Deliberação da Medida Provisória
Regime de Urgência: 06/02/2020 em diante
Orientação: ACOMPANHAR

RESULTADO: Audiência Pública realizada.

AUDIÊNCIA PÚBLICA INTERATIVA
Assunto / Finalidade: Debater a Medida Provisória nº 899, de 2019

Data / Local: 13 de fevereiro (quinta-feira), Anexo II, Ala Senador Alexandre Costa, Plenário nº 3 – 14:00 horas.

MEDIDA PROVISÓRIA N° 899, DE 2019 **–** 4ª Reunião da Comissão Mista destinada a examinar e emitir parecer sobre a Medida Provisória nº 899, adotada em 17 de outubro de 2019, que "dispõe sobre a transação nas hipóteses que especifica.".

Presidente: Senador Luiz Pastore
Relator: Deputado Marco Bertaiolli
Reunião destinada a instruir a(s) seguinte(s) matéria(s):

– MPV 899/2019, Presidência da República
Participantes:

· Gustavo do Amaral Martins, Advogado Especialista da CNI;
· Bruno Murat, Advogado da Divisão Jurídica da CNC;
· Wander José Soares Pereira, Gerente Adjunto de Capitalização e Serviços Financeiros do SEBRAE;
· Eduardo Maneira, Presidente da Comissão Especial de Direito Tributário do Conselho Federal da OAB;
· Helcio Honda, Diretor do Departamento Jurídico da FIESP;
· Roberto Mateus Ordine, 1º Vice-Presidente da FACESP;
· Alexandre Papini, Assessor Jurídico da CNT.

Último estado: MATÉRIA COM A RELATORIA
Prazos abertos: 17/10/2019 – 25/03/2020: Deliberação da Medida Provisória
Regime de Urgência: 01/12/2019 em diante

RESULTADO: Audiência Pública realizada.

PLENÁRIO

4

SESSÃO DELIBERATIVA ORDINÁRIA
PROJETO DE LEI Nº 4675, DE 2019 – Discussão, em turno único – Confere ao Município de Gramado, no Estado do Rio Grande do Sul, o título de Capital Nacional do Chocolate Artesanal.

Data / Local: 11 de fevereiro (terça-feira), Plenário do Senado Federal – 14:00 horas.
Autoria: Deputado Federal Jerônimo Goergen
Relatoria: Senador Lasier Martins.
Relatório: Parecer favorável nº 82, de 2019, da CE.
Tramitação: CE à **PLENÁRIO**
Orientação: FAVORÁVEL AO PROJETO

RESULTADO: Aprovado o projeto. À sanção.

COMISSÕES

COMISSÃO DE ASSUNTOS ECONÔMICOS – CAE

9

REUNIÃO DELIBERATIVA
PROJETO DE LEI N° 5187, DE 2019 – Não Terminativo – Altera a Lei nº 7.827, de 27 de setembro de 1989, que regulamenta o art. 159, inciso I, alínea c, da Constituição Federal, institui o Fundo Constitucional de Financiamento do Norte – FNO, o Fundo Constitucional de Financiamento do Nordeste – FNE e o Fundo Constitucional de Financiamento do Centro-Oeste – FCO, e dá outras providências, para estabelecer repasses mínimos de recursos dos Fundos Constitucionais de Financiamento a instituições financeiras federais, e dar outras providências.

Data / Local: 11 de fevereiro (terça-feira), Anexo II, Ala Senador Alexandre Costa, Plenário nº 19. – 10:00 horas.
Autoria: Senador Irajá (PSD/TO)
Relatoria: Senador Marcos Rogério
Relatório: Favorável ao projeto.
Tramitação: CAE à CDR
Cabe Vista: SIM
Orientação: FAVORÁVEL AO PROJETO

RESULTADO: A comissão aprova o relatório, que passa a constituir o parecer da CAE, favorável ao projeto.
Observações: A matéria vai à Comissão de Desenvolvimento Regional e Turismo, em decisão terminativa.

PROJETO DE LEI DO SENADO N° 145, DE 2018 – Terminativo – Altera a Lei nº 11.598, de 3 de dezembro de 2007, para simplificar e facilitar os procedimentos para abertura e fechamento de empresas por meio de sistema criado e mantido na rede mundial de computadores, pelo Poder Executivo Federal.

Data / Local: 11 de fevereiro (terça-feira), Anexo II, Ala Senador Alexandre Costa, Plenário nº 19. – 10:00 horas.

Autoria: Senador José Agripino (DEM/RN)
Relatoria: Senador Irajá

Relatório: Pela Aprovação do Projeto

12

Observação: 1. A matéria foi apreciada pela Comissão de Ciência, Tecnologia, Inovação, Comunicação e Informática, com parecer favorável ao projeto. 2. Em 10/12/2019, foi lido o relatório.

Tramitação: CCT à **CAE**

Cabe Vista: SIM

Orientação: FAVORÁVEL AO RELATOR

RESULTADO: A comissão aprova o projeto, por 16 (dezesseis) votos favoráveis, nenhum voto contrário e nenhuma abstenção.

PROJETO DE LEI N° 776, DE 2019 – Terminativo – Altera a Lei nº 9.250, de 26 de dezembro de 1995, para permitir a dedução das doações a projeto de pesquisa científica e tecnológica executado por Instituição Científica e Tecnológica (ICT), ou por entidades científicas e tecnológicas privadas, sem fins lucrativos, da base de cálculo do imposto de renda da pessoa física.

Data / Local: 11 de fevereiro (terça-feira), Anexo II, Ala Senador Alexandre Costa, Plenário nº 19. – 10:00 horas.

Autoria: Senador Chico Rodrigues (DEM/RR)

Relatoria: Senador Confúcio Moura
Relatório: Pela aprovação do projeto,com quatro emendas apresentadas.

13

Observação: 1. A matéria foi apreciada pela Comissão de Ciência, Tecnologia, Inovação, Comunicação e Informática, com parecer favorável ao projeto. 2. Em 4/2/2020, foi concedida vista coletiva da matéria, nos termos regimentais.

Tramitação: CCT à **CAE**

Cabe Vista: NÃO

Orientação: FAVORÁVEL AO PROJETO

RESULTADO: A comissão aprova o projeto e as Emendas nºs 1 a 4-CAE, por 14 (quatorze) votos favoráveis, nenhum voto contrário e nenhuma abstenção.

PROJETO DE LEI DO SENADO N° 373, DE 2017 – Terminativo – Institui as diretrizes da Política de Investimento e Fortalecimento da Agroindústria Familiar (Agroforte) com a finalidade de captar e canalizar recursos destinados a aplicação em maquinários, reforma da infraestrutura de produção, estruturação da Agroindústria Familiar, capacitação profissional, e altera as Leis nº 9.250, de 26 de
dezembro de 1995, e nº 9.532, de 10 de dezembro de 1997.

Data / Local: 11 de fevereiro (terça-feira), Anexo II, Ala Senador Alexandre Costa, Plenário nº 19. – 10:00 horas.

Autoria: Senadora Kátia Abreu (PMDB/TO)

14 **Relatoria**: Senador Wellington Fagundes

Relatório: Pela aprovação do projeto.
Observação: 1. A matéria foi apreciada pela Comissão de Agricultura e Reforma Agrária, com parecer favorável ao projeto.

Tramitação: CRAà **CAE**

Cabe Vista: SIM

Orientação: FAVORÁVEL RELATOR

RESULTADO: Após a leitura do relatório, encerrada a discussão, a apreciação da matéria é adiada.

COMISSÃO DE SERVIÇOS DE INFRAESTRUTURA – CI

REUNIÃO DELIBERATIVA
PROJETO DE LEI N° 2124, DE 2019 – Não Terminativo – Inclui no Anexo da Lei nº 5.917, de 10 de setembro de 1973, que institui o Plano Nacional de Viação, o trecho rodoviário que especifica.

Data / Local: 11 de fevereiro (terça-feira), Anexo II, Ala Senador Alexandre Costa, Plenário nº 13 – 11:00 horas.
1 **Autoria**: Câmara dos Deputados
Relatoria: Senador Weverton
Relatório: Pela aprovação
Tramitação: CI
Cabe Vista: SIM
Orientação: FAVORÁVEL AO PROJETO

RESULTADO: Adiado.

3	PROJETO DE LEI DO SENADO N° 73, DE 2017 – Não Terminativo – Inclui no Anexo da Lei nº 5.917, de 10 de setembro de 1973, que institui o Plano Nacional de Viação, o trecho rodoviário que especifica. **Data / Local**: 11 de fevereiro (terça-feira), Anexo II, Ala Senador Alexandre Costa, Plenário nº 13 – 11:00 horas. **Autoria**: Senadora Rose de Freitas (PMDB/ES) **Relatoria**: Senador Wellington Fagundes **Relatório**: Pelo encaminhamento da matéria à Presidência do Senado Federal, para que seja declarada sua prejudicialidade, nos termos do artigo 334, inciso II, do Regimento Interno. **Observação:** 1. Após análise da CI, o projeto vai à CCJ, em decisão terminativa 2. Em 05/02/2020 o projeto foi retirado de pauta, em razão da ausência do relator 3. Votação simbólica **Tramitação: CI** à CCJ **Cabe Vista: SIM** **Orientação: ACOMPANHAR** **RESULTADO: Lido o relatório e concedida vista coletiva.**
6	PROJETO DE LEI N° 4816, DE 2019 – Não Terminativo – Altera a Lei nº 12.187, de 29 de dezembro de 2009, que institui a Política Nacional sobre Mudança do Clima – PNMC e dá outras providências, para estabelecer medidas de transparência relativas ao Plano Nacional sobre Mudança do Clima e aos Planos de Ação para a Prevenção e Controle do Desmatamento nos biomas. **Data / Local**: 11 de fevereiro (terça-feira), Anexo II, Ala Senador Alexandre Costa, Plenário nº 13 – 11:00 horas. **Autoria**: Senador Alessandro Vieira (CIDADANIA/SE) **Relatoria**: Senadora Eliziane Gama **Relatório**: Pelo aprovação. **Observação:** 1. Após análise da CI, o projeto vai à CMA, terminativamente 2. Em 29/10/2019 a matéria foi retirada de pauta, em razão da ausência da relatora 3. Votação simbólica. **Tramitação: CI** à CMA **Cabe Vista: SIM** **Orientação: ACOMPANHAR** **RESULTADO: Lido o relatório.**

9	PROJETO DE LEI DO SENADO N° 712, DE 2015 – Terminativo – Altera a Lei nº 12.187, de 29 de dezembro de 2009, para estabelecer meta de participação de fontes renováveis na matriz energética brasileira para o ano de 2040 biomas. **Data / Local**: 11 de fevereiro (terça-feira), Anexo II, Ala Senador Alexandre Costa, Plenário nº 13 – 11:00 horas. **Autoria**: Senador Cristovam Buarque (PDT/DF) **Relatoria**: Senador Lasier Martins **Relatório**: Pelo aprovação nos termos do substitutivo **Observação:** 1. Matéria tem parecer da CMA, pela aprovação nos termos da emenda nº 1/CMA (substitutivo) 2. Em 08/10/2019 o Senador Fabiano Contarato apresenta voto em separado, pela aprovação do projeto na forma de emenda substitutiva 3. Se aprovado o substitutivo, a matéria será submetida a turno suplementar, nos termos do art. 282 do RISF 4. Votação nominal **Tramitação:** CMA **à CI** **Cabe Vista: NÃO** **Orientação: ACOMPANHAR** **RESULTADO: Adiado.**

COMISSÃO DE AGRICULTURA E REFORMA AGRÁRIA – CRA

1	**REUNIÃO DELIBERATIVA** PROJETO DE LEI N° 1459, DE 2019 – Não Terminativo – Altera a Lei nº 12.651, de 25 de maio de 2012, que dispõe sobre a proteção da vegetação nativa, para redefinir o percentual de Reserva Legal nos imóveis rurais localizados no bioma Cerrado. **Data / Local**: 12 de fevereiro (quarta-feira), Anexo II, Ala Senador Alexandre Costa, Plenário nº 7 – 09:00 horas **Autoria**: Senador Jorge Kajuru (PSB/GO) **Relatoria**: Senador Izalci Lucas **Relatório**: Pela rejeição do Projeto. **Observações**: A matéria vai à Comissão de Meio Ambiente em decisão terminativa. – Votação simbólica. **Tramitação: CRAà** CMA **Cabe Vista: SIM** **Orientação: FAVORÁVEL AO RELATÓRIO** **Resumo Executivo:** LINK **RESULTADO: Adiado.**

2	PROJETO DE LEI DA CÂMARA N° 64, DE 2013 – Terminativo – Cria os Selos Verdes Cacau Cabruca e Cacau Amazônia. **Data / Local**: 12 de fevereiro (quarta-feira), Anexo II, Ala Senador Alexandre Costa, Plenário nº 7 – 09:00 horas **Autoria**: Câmara dos Deputados **Relatoria**: Senadora Eliziane Gama **Relatório:** Pela aprovação do Projeto e da Emenda nº 01-CMA. **Observações**: Em 28.04.2015, a Comissão de Meio Ambiente, Defesa do Consumidor e Fiscalização e Controle aprovou Parecer favorável ao Projeto com a Emenda nº 01-CMA. – Votação nominal **Tramitação:** CMAà**CRA** **Cabe Vista: SIM** **Orientação: FAVORÁVEL AO PROJETO** **RESULTADO: Adiado.**
3	PROJETO DE LEI DO SENADO N° 384, DE 2016 – Terminativo – Altera a Lei nº 8.629, de 25 de fevereiro de 1993, que dispõe sobre a regulamentação dos dispositivos constitucionais relativos à reforma agrária, previstos no Capítulo III, Título VII, da Constituição Federal, para permitir ao assentado, mediante autorização do Incra, a exploração do potencial de energia eólica ou solar existente no imóvel. **Data / Local**: 12 de fevereiro (quarta-feira), Anexo II, Ala Senador Alexandre Costa, Plenário nº 7 – 09:00 horas **Autoria**: Senador José Agripino (DEM/RN) **Relatoria**: Senador Wellington Fagundes **Relatório**: Pela aprovação do Projeto na forma do Substitutivo que apresenta **Observações**: – Em 26.06.2019, a Comissão de Agricultura e Reforma Agrária realizou Audiência Pública para instrução da matéria. – Em 13.03.2018, o Senador Paulo Rocha apresentou a Emenda nº 2. – Em 02.05.2017, a Comissão de Meio Ambiente aprovou Parecer favorável ao Projeto na forma da Emenda nº 1-CMA (Substitutivo). – Nos termos do artigo 282, combinado com o artigo 92 do Regimento Interno do Senado Federal, se for aprovado o Substitutivo será ele submetido a Turno Suplementar. – Votação nominal. **Tramitação:** CMA à **CRA** **Cabe Vista: NÃO** **Orientação: FAVORÁVEL AO PROJETO** **RESULTADO: Adiado.**

COMISSÃO DE CONSTITUIÇÃO, JUSTIÇA E CIDADANIA – CCJ

REUNIÃO DELIBERATIVA
PROPOSTA DE EMENDA À CONSTITUIÇÃO N° 187, DE 2019 – Não Terminativo – Institui reserva de lei complementar para criar fundos públicos e extingue aqueles que não forem ratificados até o final do segundo exercício financeiro subsequente à promulgação desta Emenda Constitucional, e dá outras providências.

Data / Local: 12 de fevereiro (quarta-feira), Anexo II, Ala Senador Alexandre Costa, Plenário nº 3 – 10:00 horas
Autoria: Senador Fernando Bezerra Coelho (MDB/PE), Senador Alessandro Vieira (CIDADANIA/SE), Senador Arolde de Oliveira (PSD/RJ), Senador Carlos Viana (PSD/MG), Senador Chico Rodrigues (DEM/RR), Senador Ciro Nogueira (PP/PI), Senador Confúcio Moura (MDB/RO), Senador Dário Berger (MDB/SC), Senador Eduardo Braga (MDB/AM), Senador Eduardo Girão (PODEMOS/CE), Senador Eduardo Gomes (MDB/TO), Senador Elmano Férrer (PODEMOS/PI), Senador Esperidião Amin (PP/SC), Senador Izalci Lucas (PSDB/DF), Senador Jorginho Mello (PL/SC), Senadora Juíza Selma (PODEMOS/MT), Senador Lasier Martins (PODEMOS/RS), Senador Luis Carlos Heinze (PP/RS), Senador Luiz do Carmo (MDB/GO), Senadora Mailza Gomes (PP/AC), Senador Major Olimpio (PSL/SP), Senador Marcio Bittar (MDB/AC), Senador Marcos do Val (PODEMOS/ES), Senadora Maria do Carmo Alves (DEM/SE), Senador Mecias de Jesus (REPUBLICANOS/RR), Senador Nelsinho Trad (PSD/MS), Senador Omar Aziz (PSD/AM), Senador Oriovisto Guimarães (PODEMOS/PR), Senador Otto Alencar (PSD/BA), Senador Plínio Valério (PSDB/AM), Senador Rodrigo Pacheco (DEM/MG), Senadora Simone Tebet (MDB/MS), Senador Tasso Jereissati (PSDB/CE), Senador Telmário Mota (PROS/RR), Senador Vanderlan Cardoso (PP/GO), Senador Wellington Fagundes (PL/MT), Senador Zequinha Marinho (PSC/PA).
Relatoria: Senador Otto Alencar
Relatório: Favorável à Proposta e às emendas 12 e 17, e 19 (parcialmente), nos termos do substitutivo que apresenta, e pela prejudicialidade das demais emendas apresentadas.
Observações: – Foram oferecidas 30 emendas à Proposta.
Tramitação: CCJ
Cabe Vista: SIM
Orientação: ACOMPANHAR

1

RESULTADO: Vista coletiva concedida nos termos regimentais.
Observações: Em 12/02/2020, foram apresentadas as Emendas nº 33, de autoria do Senador Eduardo Braga, e nº 34, de autoria do Senador Angelo Coronel (ambas dependendo de relatório).

2	PROJETO DE LEI DO SENADO N° 168, DE 2018 – Não Terminativo – Regulamenta o licenciamento ambiental previsto no inciso IV do § 1º do art. 225 da Constituição Federal e dispõe sobre a avaliação ambiental estratégica. **Data / Local**: 12 de fevereiro (quarta-feira), Anexo II, Ala Senador Alexandre Costa, Plenário nº 3 – 10:00 horas **Autoria**: Senador Acir Gurgacz (PDT/RO) **Relatoria**: Senador Sérgio Petecão **Relatório**: Favorável ao Projeto e às emendas n°s 1-T, 2-T, 3-T, 4-T, 6-T, 8-T, 9-T, 12-T, 13-T, 14-T, 16-T, 17-T, 19-T, 20-T, 21-T, 22-T, 23-T, 26 e 27, nos termos do Susbtitutivo que apresenta; e contrário às emendas n°s 5-T, 7-T, 10-T, 11-T, 15-T, 18-T, 24-T, 25,28 a 66. **Observações**: – Em 18/04/18, foram apresentadas as emendas nº 1-T a 24-T, de autoria do Senador Wellington Fagundes; – Em 24/04/18, foram apresentadas as Emendas nºs 25 a 66, de autoria do Senador Randolfe Rodrigues; – Em 26/11/2019, foi realizada audiência pública em conjunto com a Comissão de Meio Ambiente destinada à instrução da matéria; – A matéria será apreciada pela Comissão de Meio Ambiente em decisão terminativa; – Em 11/12/2019, foi lido o relatório e adiada a discussão da matéria.- Em 5/2/2020, a Presidência concedeu vista aos Senadores Alessandro Vieira e Jorginho Mello. **Tramitação: CCJ** à CMA **Cabe Vista: SIM** **Orientação: FAVORÁVEL AO PROJETO** **Resumo Executivo:** LINK **RESULTADO: Adiado.**
38	PROJETO DE LEI N° 4146, DE 2019 – Não Terminativo – Acrescenta dispositivos à Lei nº 7.802, de 11 de julho de 1989, para introduzir conceitos relativos a produto novo, produto equivalente e avaliação de risco, e estabelecer procedimentos relativos à avaliação de risco, classificação e registro de produtos. **Data / Local**: 12 de fevereiro (quarta-feira), Anexo II, Ala Senador Alexandre Costa, Plenário nº 3 – 10:00 horas **Autoria**: Senador Luis Carlos Heinze (PP/RS) **Relatoria**: Senador Acir Gurgacz **Relatório**: Favorável ao Projeto. **Observações**: – A matéria será apreciada pela Comissão de Agricultura e Reforma Agrária e pela Comissão de Assuntos Sociais, em decisão terminativa. **Tramitação: CCJ** à CRA à CAS **Cabe Vista: SIM** **Orientação: FAVORÁVEL AO PROJETO** **RESULTADO: Vista coletiva concedida nos termos regimentais.**

COMISSÃO DE MEIO AMBEINTE – CMA

REUNIÃO DELIBERATIVA

PROJETO DE LEI N° 5788, DE 2019 – Não Terminativo – Altera a Lei nº 7.827, de 27 de setembro de 1989, que regulamenta o art. 159, inciso I, alínea c, da Constituição Federal, institui o Fundo Constitucional de Financiamento do Norte – FNO, o Fundo Constitucional de Financiamento do Nordeste – FNE e o Fundo Constitucional de Financiamento do Centro-Oeste – FCO e dá outras providências para incluir critérios de sustentabilidade na seleção dos projetos a serem financiados.

1

Data / Local: 11 de fevereiro (terça-feira), Anexo II, Ala Senador Alexandre Costa, Plenário nº 9 – 11:30 horas
Autoria: Senador Randolfe Rodrigues (REDE/AP)
Relatoria: Senador Jaques Wagner
Relatório: Pela aprovação
Observações: 1. A matéria vai à CDR, em decisão terminativa.
Tramitação: CMA à CDR
Cabe Vista: SIM
Orientação: ACOMPANHAR

RESULTADO: Aprovado o relatório.

PROJETO DE LEI N° 6019, DE 2019 – Não Terminativo – Altera a Lei nº 9.605, de 12 de fevereiro de 1998, Lei de Crimes Ambientais, para incluir causa de extinção de punibilidade para o crime de poluição.

2

Data / Local: 11 de fevereiro (terça-feira), Anexo II, Ala Senador Alexandre Costa, Plenário nº 9 – 11:30 horas
Autoria: Senador Wellington Fagundes (PL/MT)
Relatoria: Senador Randolfe Rodrigues
Relatório: Pela aprovação
Observações: 1. A matéria vai à CCJ, em decisão terminativa.
Tramitação: CMA à CCJ
Cabe Vista: SIM
Orientação: FAVORÁVEL AO PROJETO

RESULTADO: Adiado.

PROJETO DE LEI DO SENADO N° 232, DE 2015 – Terminativo – Altera a Lei nº 7.661, de 16 de maio de 1988, para incluir como diretriz do Plano Nacional de Gerenciamento Costeiro o controle da erosão marítima e fluvial.

Data / Local: 11 de fevereiro (terça-feira), Anexo II, Ala Senador Alexandre Costa, Plenário nº 9 – 11:30 horas
Autoria: Senador Fernando Bezerra Coelho (PSB/PE)
3 **Relatoria**: Senador Otto Alencar
Relatório: Pela aprovação com a emenda que apresenta
Observações: Em 11/9/2019, foi lido o relatório.
Tramitação: CMA
Cabe Vista: SIM
Orientação: ACOMPANHAR

RESULTADO: Adiado.

PROJETO DE LEI DO SENADO N° 90, DE 2018 – Terminativo – Altera a Lei nº 12.305, de 2 de agosto de 2010, para incluir no conteúdo mínimo do plano de gerenciamento de resíduos sólidos a destinação de materiais recicláveis descartados a cooperativas de catadores ou organizações da sociedade civil que tenham por finalidade o aproveitamento econômico desses materiais.

Data / Local: 11 de fevereiro (terça-feira), Anexo II, Ala Senador Alexandre Costa, Plenário nº 9 – 11:30 horas
Autoria: Senadora Rose de Freitas (MDB/ES)
4 **Relatoria**: Senador Jaques Wagner
Relatório: Pela aprovação
Observações: Em 4/4/2019, foi lido o relatório.
Tramitação: CMA
Cabe Vista: SIM
Orientação: ACOMPANHAR

RESULTADO: Adiado.

6

PROJETO DE LEI DO SENADO N° 248, DE 2014 – Terminativo – Estabelece regras para reservar a calha principal e o curso natural do rio Araguaia.
Data / Local: 11 de fevereiro (terça-feira), Anexo II, Ala Senador Alexandre Costa, Plenário nº 9 – 11:30 horas
Autoria: Senadora Kátia Abreu (PMDB/TO)
Relatoria: Senador Jayme Campos
Relatório: Pela aprovação
Observações: Em 16/09/2015, foi realizada audiência pública em atendimento ao requerimento RMA 72/2015. 2. Em 23/09/2015, foi realizada audiência pública em atendimento ao requerimento RMA 73/2015. 3. Em 21/12/2018, foi arquivada ao final da legislatura. 4. Em 26/03/2019, foi desarquivada pela aprovação do Requerimento nº 192/2019.
Tramitação: CMA
Cabe Vista: NÃO
Orientação: ACOMPANHAR

RESULTADO: Adiado.

9

PROJETO DE LEI N° 5174, DE 2019 – Terminativo – Altera a Lei nº 9.985, de 18 de julho de 2000, para exigir a realização prévia de estudos técnicos e consulta pública para a desafetação, redução dos limites e recategorização de unidade de conservação.

Data / Local: 11 de fevereiro (terça-feira), Anexo II, Ala Senador Alexandre Costa, Plenário nº 9 – 11:30 horas
Autoria: Senador Confúcio Moura (MDB/RO)
Relatoria: Senador Jaques Wagner
Relatório: Pela aprovação
Tramitação: CMA
Cabe Vista: NÃO
Orientação: FAVORÁVEL AO PARECER DO RELATOR

Resumo Executivo: LINK

RESULTADO: Adiado.

10	PROJETO DE LEI N° 1600, DE 2019 – Terminativo – Altera a redação do § 2º do art. 5º da Lei nº 7.797, de 10 de julho de 1989, que cria o Fundo Nacional de Meio Ambiente e dá outras providências, para incluir como prioritárias as aplicações de recursos financeiros no Cerrado. **Data / Local**: 11 de fevereiro (terça-feira), Anexo II, Ala Senador Alexandre Costa, Plenário nº 9 – 11:30 horas **Autoria**: Senador Jorge Kajuru (PSB/GO) **Relatoria**: Senador Jaques Wagner **Relatório**: Pela aprovação com a emenda que apresenta **Tramitação: CMA** **Cabe Vista: SIM** **Orientação: ACOMPANHAR** **RESULTADO: Adiado.**
11	**REQUERIMENTO DA COMISSÃO DE MEIO AMBIENTE N° 3, DE 2020 –** Requer a realização de audiência pública, em conjunto com a Comissão de Relações Exteriores e Defesa Nacional, com o objetivo de discutir e analisar a criação do Conselho da Amazônia e as políticas governamentais para a região, com a presença do Exmo. Sr. Hamilton Mourão,Vice-presidente da República. **Data / Local**: 11 de fevereiro (terça-feira), Anexo II, Ala Senador Alexandre Costa, Plenário nº 9 – 11:30 horas **Autoria**: Senador Marcio Bittar (MDB/AC) **Orientação: ACOMPANHAR** **RESULTADO: Aprovado.**
12	**REQUERIMENTO DA COMISSÃO DE MEIO AMBIENTE N° 5, DE 2020 –** Requer realização de audiência pública para discutir e instruir o PL 6019/2019 que altera a Lei 9.605 de 1998 que trata de Crimes Ambientais para incluir causa de extinção de punibilidade para o crime de corrupção. **Data / Local**: 11 de fevereiro (terça-feira), Anexo II, Ala Senador Alexandre Costa, Plenário nº 9 – 11:30 horas **Autoria**: Senador Wellington Fagundes (PL/MT) **Orientação: ACOMPANHAR** **RESULTADO: Adiado.**

COMISSÃO DE ASSUNTOS SOCIAIS – CAS

REUNIÃO DELIBERATIVA

PROJETO DE LEI DO SENADO N° 202, DE 2018 – Terminativo – Altera o Decreto-Lei nº 986, de 21 de outubro de 1969, que institui normas básicas sobre alimentos, para autorizar laboratórios públicos e privados habilitados a realizar análise de alimentos.

Data / Local: 12 de fevereiro (quarta-feira), Anexo II, Ala Senador Alexandre Costa, Plenário nº 9 – 09:30 horas
Autoria: Senador Antonio Carlos Valadares (PSB/SE)
Relatoria: Senadora Leila Barros
2 **Relatório**: Pela aprovação do Projeto e de duas emendas que apresenta.
Observações: 1- Em 11/09/2019, foi encerrada a discussão, e adiada a votação. 2- Será realizada uma única votação nominal para o Projeto e para as emendas, nos termos do relatório apresentado, salvo requerimento de destaque. 3- A matéria recebeu Parecer favorável da Comissão de Transparência, Governança, Fiscalização e Controle e Defesa do Consumidor.
Tramitação: CTFC à CAS
Cabe Vista: SIM
Orientação: FAVORÁVEL AO PROJETO

RESULTADO: Adiado.

PROJETO DE LEI DO SENADO N° 510, DE 2017 – Terminativo – Altera a Lei nº 8.078, de 11 de setembro de 1990, que dispõe sobre a proteção do consumidor e dá outras providências, para determinar a exibição de advertência sobre a presença de substâncias cancerígenas ou potencialmente cancerígenas em produtos colocados no mercado de consumo.

Data / Local: 12 de fevereiro (quarta-feira), Anexo II, Ala Senador Alexandre Costa, Plenário nº 9 – 09:30 horas
Autoria: Senador Jader Barbalho (PMDB/PA)
Relatoria: Senadora Juíza Selma
4 **Relatório**: Pela aprovação do Projeto e de uma emenda que apresenta.
Observações: 1- Em 28/08/2019, foi lido o Relatório, e adiada a discussão e votação. 2- Será realizada uma única votação nominal para o Projeto e para a emenda, nos termos do relatório apresentado, salvo requerimento de destaque.
Tramitação: CAS
Cabe Vista: SIM
Orientação: CONTRÁRIO AO PROJETO

RESULTADO: Adiado.

6	PROJETO DE LEI N° 4573, DE 2019 – Terminativo – Altera a Lei nº 6.437, de 20 de agosto de 1977, que configura infrações à legislação sanitária federal, estabelece as sanções respectivas, e dá outras providências, para dispor sobre a celebração de termo de compromisso com a finalidade de promover correções e ajustes às exigências da legislação sanitária. **Data / Local**: 12 de fevereiro (quarta-feira), Anexo II, Ala Senador Alexandre Costa, Plenário nº 9 – 09:30 horas **Autoria**: Senador José Serra (PSDB/SP) **Relatoria**: Senador Jayme Campos **Relatório**: Pela aprovação do Projeto. **Observações**: Em 16/10/2019, foi lido o Relatório, e adiada a discussão e votação. **Tramitação: CAS** **Cabe Vista: SIM** **Orientação: FAVORÁVEL AO PROJETO** **RESULTADO: Adiado.**
18	PROJETO DE LEI N° 2506, DE 2019 – Não Terminativo – Concede benefícios fiscais referentes ao Imposto sobre Produtos Industrializados, à Contribuição para o PIS/PASEP e à Contribuição para o Financiamento da Seguridade Social incidentes sobre operações com defensivos agrícolas e pesticidas de uso veterinário classificados no menor grau de toxicidade vigente. **Data / Local**: 12 de fevereiro (quarta-feira), Anexo II, Ala Senador Alexandre Costa, Plenário nº 9 – 09:30 horas **Autoria**: Senador Acir Gurgacz (PDT/RO) **Relatoria**: Senador Jayme Campos **Relatório**: Pela aprovação do Projeto, com duas emendas que apresenta. **Observações**: 1- Em 04/12/2019, foi concedida vista ao Senador Rogério Carvalho, nos termos regimentais. 2- Matéria a ser apreciada pela Comissão de Agricultura e Reforma Agrária e pela Comissão de Assuntos Econômicos, cabendo à última decisão terminativa. **Tramitação: CAS** à CRA à CAE **Cabe Vista: NÃO** **Orientação: FAVORÁVEL AO PROJETO** **RESULTADO: Adiado.**

COMISSÃO DE DIREITOS HUMANOS E LEGISLAÇÃO PARTICIPATIVA – CDH

REUNIÃO DELIBERATIVA
REQUERIMENTO DA COMISSÃO DE DIREITOS HUMANOS E LEGISLAÇÃO PARTICIPATIVA N° 128, DE 2019 – Requer, nos termos do art. 96-B do Regimento Interno do Senado Federal, que a Comissão de Direitos Humanos e Legislação Participativa avalie a Política Pública de concessão de incentivos fiscais ao setor de produção e comercialização de defensivos agrícolas (agrotóxicos), no exercício de 2019.

31

Data / Local: 12 de fevereiro (quarta-feira), Anexo II, Ala Senador Alexandre Costa, Plenário nº 19 – 11:00 horas
Autoria: Senadora Zenaide Maia (PROS/RN)
Observação: – Em 06/02/2020, foi lido o requerimento; adiada a votação.
Orientação: ACOMPANHAR

RESULTADO: Aprovado.

REQUERIMENTO DA COMISSÃO DE DIREITOS HUMANOS E LEGISLAÇÃO PARTICIPATIVA N° 129, DE 2019 – Requer que seja solicitado, ao Tribunal de Contas da União, que preste informações sobre resultados de auditorias e inspeções realizadas (CF, art. 71, inciso VII; RISF, art. 90, inciso X) no tocante à política de benefícios fiscais concedidos ao mercado de defensivos agrícolas.

32

Data / Local: 12 de fevereiro (quarta-feira), Anexo II, Ala Senador Alexandre Costa, Plenário nº 19 – 11:00 horas
Autoria: Senadora Zenaide Maia (PROS/RN)
Observação: – Em 06/02/2020, foi lido o requerimento; adiada a votação.
Orientação: ACOMPANHAR

RESULTADO: Aprovado.